

DO TRADICIONAL AO AGROECOLÓGICO: AS VEREDAS DAS TRANSIÇÕES (O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA ROSA DE LIMA/SC)¹

The transition from traditional agriculture to agroecology: family farmers in Santa Rosa de Lima, South Brazil

Jovania Maria Müller²
Paulo Emílio Lovato³
Eros Marion Mussoi⁴

Abstract

The aim of this work was to recover the history of the transitions which took place in the agricultural activities at Santa Rosa de Lima, Santa Catarina, in South Brazil, emphasizing the reasons and logic underlying the decision-making process in family farmers' production strategies. The research method used was the case study, and data were collected through the use of semi-structured interviews and of oral life histories. The first transition studied was the process of "partial modernization" of traditional agriculture, performed through integration to the tobacco agroindustrial complex. The second transition, also characterized as greening process, arose from the establishment of a ecological farmers association. The central conclusions of this work are that the decision to accomplish or not the transitions, were taken by the farmers in a complex milieu, in which "signals" by the environment (financial policies, technical assistance, research results, marketing and corporate factors, trends in societal and value patterns, etc.) acted as restrictions or opportunities for the materialization of family farmers' projects and goals. Although it may exert an influence, the political-institutional and economical factors do not, however, solely determine the organization and administration of the family production unit. The main explanatory elements of the farmers' behavior were found in the internal logic and dynamics in which these units operate. The farmers do not take into account a single parameter when making a decision. The family project, although seeking better life conditions, is not limited to economical rationality. It also includes the reproduction and attainment of other values and elements located in the scope of their lives, since the property doesn't just represent the place that they produce and work, it also represent the place in which they actually live. The family agriculture, due to its grater ability to play a multifunctional role, has shown to be closer, than other types of agriculture, to the achievement of sustainable agriculture." The greening process experience taking place at Santa Rosa de Lima, although carrying out a

¹ Síntese de dissertação de mestrado homônima apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina

²FEPAGRO Norte, Erechim, RS

³UFSC – CCA – Depto. de Engenharia Rural, Florianópolis, SC

⁴EPAGRI - Florianópolis, SC

valorization of family agriculture and having already reached positive results, presents, however, some frailties. These are mainly due to the rhythm imposed to the transition, sometimes incompatible with the time needed for the changes and adaptations required by the process. Furthermore, if sustainability - in the wide sense of the term - is a necessary and desirable characteristic of present development and agriculture models, it is necessary that the whole of society—not only the farmers and their representative entities - are involved and guaranteeing the conditions for its emergence. In this sense, the state, through its public policies, should contribute to socialize the costs and benefits of the transition to sustainable agriculture.

Keywords: family agriculture, modernization, tobacco, sustainable agriculture, organic agriculture

1. Introdução

Esta síntese foi produzida a partir de um estudo de caso, realizado no município de Santa Rosa de Lima/SC, caracterizado pela presença da agricultura familiar⁵. O objetivo deste trabalho foi fazer um resgate histórico das transições ocorridas na agricultura do município, destacando as razões e a lógica subjacente à tomada de decisão dos agricultores na implementação de suas estratégias produtivas⁶. Neste sentido, o estudo procura destacar a importância de haver uma melhor compreensão desta lógica - a qual ultrapassa uma racionalidade essencialmente econômica - aspecto central no atual processo de transição, rumo a uma agricultura mais sustentável.

2. As transições da agricultura e o agricultor: protagonista ou espectador?

A história agrária mundial mostra que, nos últimos cem anos, ocorreram muitas transformações, decorrentes principalmente da relação conflituosa do Homem com a Natureza. Este período histórico pode ser demarcado por dois grandes momentos que, segundo a interpretação de BUTTEL (1995), constituem-se em

⁵MÜLLER, Joviana Maria. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC). Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

⁶A coleta dos dados da pesquisa foi feita através de entrevistas semi-estruturadas, sendo que a história de vida oral e fontes secundárias foram utilizadas como técnicas complementares. No total foram feitas 35 entrevistas, sendo que destas, 27 com agricultores familiares do município. O universo da pesquisa abrangeu três diferentes categorias de agricultores, quer seja, os tradicionais, convencionais e agroecológicos, sendo que a definição destas categorias foi feita tomando por base os respectivos sistemas de produção. Assim, foi considerado "tradicional" aquele agricultor que nunca produziu fumo, embora pudesse - ou não - fazer uso de algum tipo de insumo externo, como adubo químico ou agrotóxico. Por conseguinte, o agricultor convencional foi classificado como aquele que produz ou mesmo que já produziu fumo. E, como agroecológico foi considerado o agricultor sócio da AGRECO, praticante da agroecologia, independentemente de ter transitado diretamente do sistema tradicional ou convencional.

“transições agroecológicas”. A primeira foi caracterizada pelo advento da chamada “Revolução Verde”. Difundida em escala mundial a partir da década de 60, sua meta era o aumento da produção e produtividade agrícola, assentando-se no uso intensivo de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, adubos de síntese química, agrotóxicos, irrigação e mecanização, gerando o que passou a ser conhecido como “pacote tecnológico”.

Este modelo produtivista levou, de fato, a um aumento da produtividade de algumas culturas, principalmente aquelas mais dinâmicas, destinadas à exportação. Paralelamente a isto, porém, surgiram vários problemas e impasses. Além do alto custo econômico de sua manutenção, a exploração excessiva da base dos recursos naturais levou a crescentes níveis de degradação e esgotamento dos solos, poluição das águas, intoxicações e contaminações de agricultores por agrotóxicos, além de perda de biodiversidade. Por outro lado, as políticas de desenvolvimento agrícola que viabilizaram a implementação deste modelo tecnológico foram direcionadas à modernização das grandes propriedades, aprofundando ainda mais as desigualdades e a exclusão social no meio rural, principalmente em se tratando dos agricultores familiares.

Nas últimas décadas, no entanto, a percepção e o aprofundamento destes impactos sócio-ecológicos têm levado ao questionamento e à crise do modelo produtivista, colocando em marcha a segunda transição agroecológica. Esta transição representa, portanto, um processo de “ecologização” da agricultura, manifestando uma crescente presença de valores ambientais nas práticas e políticas agrícolas, como também na opinião pública (BUTTEL, 1995).

A noção de sustentabilidade, surgida no contexto desta segunda transição, tem sido apresentada como “portadora” de soluções capazes de dar conta desta crise. No entanto, não existe consenso a respeito de sua real significação, dando margem a várias concepções e a diferentes estratégias de desenvolvimento. Para uma das correntes de pensamento, é necessário que um novo modelo de desenvolvimento agrícola e rural promova, além de níveis estáveis de produtividade, aliada à conservação dos recursos naturais, a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, com maior inclusão, participação e justiça social. Assim, o aspecto técnico-econômico estaria em maior equilíbrio com outras dimensões também presentes no “ato produtivo”, quer seja, a ecológica, a sócio-cultural e a política, visando a sustentabilidade no longo prazo.

De qualquer forma, a emergência e fortalecimento de diversos estilos de agricultura têm se caracterizado em contraposição ao modelo convencional de produção. Esses estilos têm sido denominados genericamente de “alternativos” ou de “agricultura sustentável”, dos quais se destacam: a agricultura de baixos *inputs* externos, a orgânica, a natural, a ecológica, a biodinâmica, a agroecológica e a permacultura, entre outras denominações.

Nos últimos anos, em Santa Catarina e em outras regiões do país, algumas destas experiências têm sido implementadas, com destaque para aquelas norteadas pelo enfoque da agroecologia, que têm sido mais difundidas no contexto da agricultura familiar, principalmente por iniciativa de ONG’s (Organizações Não-Governamentais) e de agricultores, através de suas associações e entidades re-

presentativas e, mais recentemente, com o apoio de órgãos oficiais de pesquisa, ensino e extensão rural.

No entanto, apesar da existência destas experiências “alternativas”, a conformação final do processo de ecologização, rumo a uma agricultura sustentável ainda não está determinada a acontecer num sentido único, nem que haja garantias de sua ampla divulgação e implementação. Tal transição tem se mostrado muito complexa, haja vista a multiplicidade de fatores e variáveis envolvidas⁷. Assim, muitos são os desafios que se apresentam na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Um deles - e que é o ponto central de análise deste artigo - diz respeito aos principais atores sociais envolvidos neste processo, os agricultores. São eles, em última instância, os responsáveis pela tomada de decisão a respeito da gestão e do uso dos recursos naturais na agricultura, criando e recriando espaços agrícolas e sócio-culturais. Mas qual a concepção de ator social subjacente a essa nova concepção de agricultura e desenvolvimento sustentável? Qual o “espaço” e papel a ser desempenhado pelos agricultores, em especial, os familiares neste processo? Existe uma diferenciação em se tratando do modelo anterior?

O modelo produtivista, concebido dentro de uma visão cartesiana de mundo, de ciência e de desenvolvimento exigiu uma articulação e adequação do ensino, da pesquisa e da extensão rural aos objetivos e propósitos deste modelo. Os currículos das escolas do ramo das ciências agrárias, as linhas e a estrutura de pesquisa, bem como a atuação dos extensionistas e demais profissionais da área foram norteados em conformidade com a forma “moderna” de fazer agricultura. Assim, a pesquisa passou a ser mais direcionada por produtos, predominantemente àqueles voltados à exportação. Como as novas tecnologias foram sendo geradas em centros de pesquisa e experimentação, distantes da realidade, principalmente dos pequenos agricultores, os ambientes rurais precisaram, em sua maioria, ser modificados para se adaptar a estas novas tecnologias. O ensino, da mesma forma, passou a ser mais especializado, reforçando a visão reducionista e fragmentada do conhecimento e da ciência em áreas específicas, dificultando uma compreensão e abordagem mais ampla e sistêmica do processo produtivo.

A extensão rural e a assistência técnica, por sua vez, passaram a adotar um modelo difusionista, privilegiando questões de persuasão e recepção. Tido como “atrasado” e naturalmente resistente às inovações, o agricultor precisava ser convencido a aderir às novas tecnologias modernas. Quando a adoção não acontecia, geralmente o problema era com o agricultor, sendo que dificilmente as tecnologias, seu processo de geração e sua adequação às diferentes realidades eram problematizados (GUIVANT, 1992, baseada em ROGERS, 1969). Neste contexto, as especificidades sócio-culturais, econômicas e ecológicas dos espaços rurais foram, na maioria dos casos, desconsideradas no processo. Em função disso, o agricultor, concebido enquanto sujeito passivo das ações, teve relegado seu co-

⁷Análises sobre estas questões podem ser encontradas em CAPORAL (1998), COSTABEBER (1998), MOREIRA (2000) e MÜLLER (2001), entre outros.

nhcimento historicamente acumulado, assim como sua capacidade de inovação e adaptação e sua lógica de decisão e gestão da unidade familiar de produção.

Tendo isso como pressuposto, constata-se que é fundamental o contraste que é exigido na construção de um novo modelo de desenvolvimento e agricultura. Para haver a emergência da sustentabilidade, um dos fatores básicos é a efetiva participação dos agricultores neste processo⁸. Esta participação, no entanto, não deve se restringir somente à fase de implementação das estratégias de desenvolvimento. É preciso que os agricultores e suas comunidades tenham um espaço garantido e privilegiado, tanto na discussão e diagnóstico da sua problemática, como também nas decisões a respeito das soluções a serem implementadas e na avaliação dos resultados. Trata-se, fundamentalmente, de se criar as condições necessárias para que os agricultores sejam os sujeitos de seu próprio desenvolvimento, garantindo a sustentação política das ações e projetos locais.

No atual contexto, entretanto, grande parte dos agricultores familiares ainda pratica a agricultura convencional, com maior ou menor intensidade quanto à utilização dos “pacotes tecnológicos”. E, ainda, há o caso daqueles que permanecem num sistema tradicional, com pouco ou nenhum uso destes pacotes, e estes, em sua maioria, estão em processo de exclusão social e econômica.

Segundo GUIVANT (1992), na maior parte dos estudos sobre a temática da agricultura sustentável, há o equívoco de se pressupor que os agricultores estariam dispostos a realizar a transição mediante a percepção de suas vantagens, em combinação com recursos econômicos necessários, informações e assistência técnica adequada. No entanto, esta constatação é limitada, uma vez que nem sempre critérios científicos e técnicos são necessariamente óbvios aos agricultores ou de acordo com suas reais necessidades, vontades e perspectivas. Diante disso, é imprescindível que haja uma maior compreensão acerca das reais necessidades dos agricultores, seus valores, suas motivações e a lógica que orienta e dá sentido à suas decisões, seu modo de viver e de se relacionar com seu entorno físico e sócio-econômico. Ter melhor presente esta compreensão pode possibilitar a geração de referências e indicadores valiosos para subsidiar as ações da pesquisa, da assistência técnica e da extensão rural no apoio às iniciativas dos agricultores e suas comunidades.

3. As transições e as estratégias produtivas: o caso de Santa Rosa de Lima/SC

Considerando-se o foco de análise do trabalho de pesquisa, o município de Santa Rosa de Lima mostrou-se emblemático para as reflexões propostas⁹. Além

⁸Vários trabalhos apontam nesta direção: PRETTY (1995), MUSSOI (1998), CAPORAL (1998), COSTABEBER (1998) e MOREIRA (2000).

⁹ O município está localizado na mesorregião sul do Estado de Santa Catarina, distando cerca de 120 km da capital, Florianópolis. Em termos geográficos, está situado junto às encostas da Serra Geral e Vale do Rio Braço do Norte. Possui uma área de 154 km² e uma população próxima a 1900 habitantes, sendo que deste total, cerca de 80% ainda reside na zona rural. Do total dos estabelecimentos agrícolas, cerca de 69% possuem até 50 ha. A

de ser caracterizado desde sua origem pela presença da agricultura familiar, a história desta agricultura é marcada pela ocorrência do que se denominou de transições agroecológicas, quer seja, a modernização da agricultura tradicional, através do fumo e, mais recentemente, o processo de sua ecologização, através da proposta agroecológica, a partir da constituição de uma associação de agricultores ecológicos, a AGRECO.

3.1. A colonização agrícola e a crise da agricultura tradicional

O processo de colonização de Santa Rosa de Lima foi iniciado em 1905, com a chegada de colonos alemães, que se instalaram em pequenas propriedades. A agricultura, genericamente denominada de “tradicional”, era caracterizada pela diversificação de cultivos, associada à criação de pequenos animais, atividades voltadas primordialmente para a subsistência familiar.

“Nos primeiros tempos plantava tudo o que tinha de comer: amendoim, feijão, arroz, aipim, batata, milho, porco, leite, até vassoura se chegava a plantar...tinha cavalo, gado...” (Agricultor, 79 anos)

As práticas de cultivo do solo eram todas feitas manualmente, tendo por base o sistema de “coivara” ou rotação de terras, herdado dos índios, antes de seu extermínio na região. Este sistema consistia na derrubada da floresta, queima e posterior plantio das culturas

“Lembro como era, aquilo era tudo a baixo de foice, enxada e machado (...) Se fazia umas roças grandes onde era plantado o milho. Era queimado e depois plantado de enxada (...) Pé por pé! (Agricultor, 51 anos)

Após um cultivo seqüencial por 2 a 3 anos, a terra era deixada em pousio para que pudesse ser novamente usada, mantendo-se produtiva por um período maior de tempo. O pousio, em torno de 10 anos, era variável em função do tamanho da propriedade, condições de relevo e a necessidade de seu uso. No entanto, se o pousio era praticado pelos agricultores em função desta lógica “prática”, quer seja, o aumento de produção e produtividade, sua utilização era também regida por um conteúdo “simbólico”, uma vez que, segundo os agricultores, a terra precisava “descansar” (SAHLINS, 1979). Por outro lado, a representação que os agricultores fazem sobre este “descanso”, explicita a existência de um “saber”, de um conhecimento prático, construído através da observação e experimentação, fazendo parte de seu patrimônio sociocultural (LAMARCHE, 1993).

“Se não deixar a terra descansar ela esfraquece de um ano pro outro, já diminui (...) Porque você tem que deixar umedecer a terra, prá ela se aguentar. Ela tem que ter uma árvore, qualquer coisa, ela tem que ter prá ela se proteger (...). Por

maior parte destas propriedades está localizada em relevo acidentado, resultando, na média, em 60% da área como imprópria para a agricultura.

isso quando o cara faz a roça e queima a roça, ele não atropela muitos anos porque esfraquece muito a terra, cansa, cansa..." (Agricultor, 75 anos)

Embora a policultura tivesse sido adotada como estratégia central para garantir a reprodução do grupo familiar, o porco "macau", animal de raça "crioula", com maior aptidão para a produção de banha, era o principal produto destinado à comercialização, sendo o componente responsável pela dinâmica econômica e organizativa dos sistemas de produção¹⁰. Sendo a banha o principal subproduto comercializado, os porcos eram criados "soltos" até o momento da engorda, quando então, eram colocados em chiqueiros onde permaneciam até o abate. Nesta fase, a alimentação básica consistia na "lavagem", uma espécie de cozido de batata doce, mandioca, milho e abóbora. Desta forma, o roçado principal era ocupado com o plantio destas culturas, sendo as lavouras "secundárias", em termos de tamanho de área, destinadas ao cultivo das "miudezas", responsáveis pela manutenção da família. Como a disponibilidade de terras planas era pouca devido ao terreno acidentado, as terras de várzeas eram destinadas primordialmente para a moradia, as benfeitorias da propriedade, o pomar, a horta e para a criação dos animais. Havia a preocupação de localizar esta área próxima a riachos e vertentes para que se pudesse garantir o fornecimento de água aos animais. Às lavouras, restavam, portanto, as demais áreas da propriedade, situadas geralmente nas encostas.

"No plano tinha pasto prá criar as vacas e os porcos (...) Mais ou menos uns 3 hectares de terra era tudo cercado (...) Aí quando eles estavam no ponto de engordar, a gente prendia tudo eles no chiqueirão grande (...) Tratava aquele bicharedo de manhã e de noite de novo e assim nós tratava eles uns 4 meses! Aí eles estavam gordos que a banha dos porcos até abria assim, nas costas de tão gordo que ficavam!" (Agricultor, 75 anos)

Embora a banha fosse considerada o "ouro branco", tamanha sua valorização mercantil, os agricultores enfrentavam muitas dificuldades em sua comercialização, assim como na dos pequenos excedentes de produção agrícola. O isolamento geográfico do município, as condições precárias de estradas e meios de transportes, aliada à própria carência de canais de comercialização dos produtos, criavam uma forte dependência do agricultor com relação aos poucos comerciantes locais, que atuavam principalmente como "atravessadores", o que lhes garantia a prerrogativa de estabelecer o valor tanto da compra como da

¹⁰ Embora houvesse uma tendência dos colonos em fazer o maior uso possível do trabalho e da propriedade familiar na obtenção dos instrumentos de trabalho e dos meios de subsistência, era preciso produzir também para a comercialização, já que parte de suas necessidades era satisfeita somente na forma de mercadoria (sal, roupas, querosene, instrumentos agrícolas, etc.).

venda dos produtos¹¹.

“Mas era muito restrito aquele comércio! O povo não tinha opção: ou se comprava naquele comércio, ou não se comprava, porque não existia! Era uma casa de comércio no município. Então dependia daquele um” (Agricultor, 79 anos)

Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, durante várias décadas esta agricultura diversificada, baseada em um alto grau de auto-suficiência, garantiu a subsistência e a reprodução social das famílias. Além disso o comércio da banha possibilitou um pequeno ciclo de acumulação econômica. Embora esta agricultura estivesse baseada em sistemas de produção diversificados, a lógica de sua organização, como também as estratégias adotadas eram, de certa forma, partilhadas pela grande maioria das famílias, resultado da expressão de sua campesinidade e de seu patrimônio sociocultural, elementos organizadores e ordenadores de um modo de vida específico (LAMARCHE, 1993; WOORTAMANN, 1990).

A partir da década de 60, o preço da banha, assim como do porco “vivo”, começou a diminuir e, conseqüentemente, a engorda de grandes lotes de animais foi sendo reduzida. A maior parte dos agricultores buscou nos fatores externos a explicação para o declínio do sistema de produção do porco macau. O principal deles foi atribuído ao mercado, devido à entrada do óleo vegetal, que passou a ocupar o lugar da banha na dieta alimentar, principalmente das populações urbanas. Em decorrência disso, o sistema de integração agroindustrial passou a substituir o porco macau pelo “branco”, tipo carne, animal de baixa conversão em gordura.

“(…) Daí pararam com as porcadas... Ah, eles pararam porque diziam que não dava lucro, não dava mais que chega, não tinha mais preço, mais foi por causa das granjas, que entrou o porco branco, mais preço, o preço do branco era melhor (...) É, ele quase não dá banha, e, o preço da banha caiu tanto que não compensava (...) Por causa do azeite” (Agricultor, 46 anos)

Apesar da integração agroindustrial não ter sido um elemento direto na promoção da “modernização” agrícola de Santa Rosa de Lima, já que a grande maioria dos agricultores não optou por esta atividade, ela pode ser considerada o

¹¹ A partir dos anos 40, a abertura das primeiras estradas de acesso à Florianópolis, possibilitou a locomoção dos primeiros caminhões e o estabelecimento de uma pequena rede de comercialização, o que, no entanto, não resolveu a situação dos agricultores. A falta de maiores opções de comércio - com manutenção da relação de dependência mediante o fortalecimento dos comerciantes locais - e a remuneração pouco justa para seus produtos, permaneceram como dificuldades centrais para estes agricultores. Neste sentido, estas dificuldades foram um dos principais fatores que influenciaram a opção dos agricultores pela integração do fumo e, posteriormente, pela proposta agroecológica, através da AGRECO, conforme será visto mais adiante.

principal fator desencadeador da crise que obrigou os agricultores a buscar outras alternativas econômicas¹².

“(…) Até essa época o Banco do produtor era o porco, dali para frente começou a plantar fumo. Outras coisas também, gado se criava, não muito (...) Então a coisa começou a modificar nesta época! Há uns 34 anos atrás, nesta região, o pessoal abraçou o milho e a produção de tabaco! Aí foi coisa de louco com o fumo!” (Ex-fumicultor, 79 anos)

Assim, somente a partir dos anos 80, quando o fumo passou a ocupar o lugar central dos sistemas de produção da maior parte dos agricultores, é que o município passou a vivenciar a sua primeira transição agroecológica, caracterizada pela passagem da agricultura “tradicional”, em direção à sua “modernização” (BUTTEL, 1995).

3.2. Do tradicional ao convencional: a transição “modernizadora”

A cultura do fumo, embora já conhecida pelos agricultores e plantada principalmente com o objetivo da confecção artesanal do “fumo de corda”, era pouco expressiva em termos econômicos e em volume produzido e também prescindia da utilização de insumos externos no seu cultivo. O fumo de estufa, no entanto, foi introduzido por intermédio da integração agroindustrial e difundido na forma de “pacote”, ou seja, a empresa fornecia todos os insumos necessário à produção (sementes, adubo químico e agrotóxicos), além da assistência técnica¹³.

Embora os primeiros anos de seu cultivo tivessem demandado pouco uso de agrotóxicos, o surgimento de insetos e doenças, no decorrer do tempo, fez com que tanto a frequência das aplicações como também a concentração em princípios ativos das formulações dos produtos, passassem a aumentar cada vez mais.

¹² Esta atividade ficou mais concentrada na região de Braço do Norte, sendo pouco expressiva, em termos numéricos, no município. Além do aspecto econômico (necessidade de investimentos em instalações e precariedade das estradas), os agricultores levantaram outro elemento explicativo para este fato e que diz respeito à dinâmica de funcionamento das unidades de produção e à lógica e tradição cultural das famílias. A substituição do porco macau pelo “branco” representava profundas mudanças em sua forma “tradicional” de conduzir o sistema de criação dos porcos, em torno do qual estava organizada toda a unidade de produção familiar. O porco “branco”, como era destinado essencialmente à produção de carne, trouxe consigo a necessidade de se alterar a dieta alimentar básica, ou seja, de substituir o trato “úmido”, a lavagem – produzida no interior das propriedades -, pelo trato “seco”, milho e ração, esta última trazida de “fora”.

¹³ A integração agroindustrial do fumo foi introduzida na região sul do Estado ainda em princípios da década de 50, através da empresa Souza Cruz. Embora em Santa Rosa de Lima as primeiras estufas tenham surgido no final desta mesma década e princípio dos anos 60, somente a partir de meados dos anos 70 é que a atividade de fato se expandiu, atingindo seu auge (em termos de agricultores integrados) por volta dos anos 80. Nesta época, outras fumageiras também passaram a atuar na região.

“(...)Tinha menos pragas também na lavoura, a lavoura dava! Era usado pouco veneno, então. Pouco! Era usado só quando precisava mesmo. Agora, depois dava muito e aí se usava muito veneno...” (Ex-fumicultor, 51 anos)

Com isso, as intoxicações eram rotineiras entre as famílias produtoras...

“(...) Agora mais ruim era quando um dia tinha que passar veneno e no outro dia colher! (...)Ah, era fácil de se enjoar, né... do cheiro forte que tinha do veneno, porque daí ainda tinha veneno deitado em cima das folhas ainda. Era veneno muito forte, muito cheiro...” (Ex-fumicultor, 48 anos)

A integração agroindustrial do fumo também alterou a própria organização e dinâmica da unidade de produção familiar. Uma das alterações centrais foi em relação ao trabalho dos familiares, que passou a ser exigido em maior proporção, ocasionando uma sobrecarga principalmente no momento da colheita, quando a atenção e os esforços são totalmente direcionados a esta operação¹⁴.

“(...) No tempo assim que é da colheita do fumo, não no plantio, no carpir, mas na colheita você quase não dorme! Porque daí trabalha de dia porque é obrigada a colher e de noite daí tem que tacar o fogo [aquecer a estufa], né? Tem que trabalhar dia e noite até que ele tá seco!” (Ex-fumicultora, 44 anos)

Mas o que fez com que grande parte dos agricultores de Santa Rosa de Lima optasse pelo cultivo de uma cultura como o fumo? Além das implicações e prejuízos à saúde humana e ambiental, do trabalho exaustivo e do fato do fumo não se prestar ao consumo humano nem animal, não era uma atividade que, segundo os agricultores, “se fazia com gosto...”

Um dos fatores explicativos pode ser “resgatado” da própria trajetória destes agricultores. Com a decadência da atividade do “porco macau”, poucas alternativas econômicas restaram aos agricultores, seja devido à própria dificuldade de escoamento da produção, seja pela baixa remuneração obtida quando era possível a venda de seus produtos.

“No tempo que nós começamos a plantar fumo, naquele tempo não se tinha muita opção, nem pro leite, faltava comércio! (Ex-fumicultora, 44 anos)

¹⁴A auto-exploração familiar é uma das características básica da fumicultura, obrigando crianças e idosos a se incorporar na atividade. A utilização do trabalho destes membros familiares se aproxima da idéia de TEPICT - apresentada por ABRAMOVAY (1992) - o qual as caracteriza de *forças marginais* ou *não transferíveis* da unidade produtiva. Ou seja, em unidades familiares, o essencial do trabalho é garantido pelos adultos que se encontram em plena força. O trabalho executados pelos outros membros familiares é feito em tempo parcial de forma complementar ou em atividades secundárias. Estas forças são também designadas por *não transferíveis*, uma vez que seu aproveitamento em atividades fora do contexto da unidade produtiva dificilmente garantiria a subsistência familiar.

Desta forma, a sujeição ao cultivo do fumo deu-se principalmente na medida em que possibilitava um retorno econômico compensador, aliado à segurança de mercado, já que a empresa garantia a compra de toda a produção. O fato de receber o pagamento “num bolo só”, por ocasião da entrega do produto, também possibilitava a realização de negócios maiores. Somado a isto, os incentivos financeiros obtidos através do crédito agrícola subsidiado para a construção das estufas, a ocupação da mão-de-obra familiar e o melhor aproveitamento das áreas planas, foram os grandes “atrativos” para a adesão dos agricultores a uma atividade tão prejudicial à saúde e ao meio ambiente como o fumo.

“É que tinha a garantia de renda no fim do ano, era a coisa mais segura (...) Porque tem mercado certo, nunca fica fumo no paiol (...) Era só mandar e dentro de uma semana eles mandavam o cheque e recebia tudo de uma vez só!” (Ex-fumicultora, 72 anos)

“(...) Quando eu fiz a estufa, a Souza Cruz deu 300 reais, né? Era cruzeiro naquele tempo e sem juros e pagava em três anos. Sem juros nem nada! E no último ano, então, nem pagava isso não!” (Ex-fumicultor, 73 anos)

Mas, e os agricultores que não realizaram esta transição, como justificaram esta posição? A razão apontada como central pelos agricultores nesta decisão foi a necessidade o uso dos agrotóxicos e o trabalho exaustivo exigido pela atividade. Para estes agricultores, a existência dos “aspectos positivos” apontados pelos fumicultores, não foi um argumento suficiente para servir de “atrativo”, perante estas desvantagens do fumo. Nem mesmo o maior retorno econômico da atividade.

“(...) Tinha pouca gente prá trabalhar e era usado muito veneno no fumo. Eu sou contra o veneno! Também não uso na lavoura que eu ainda faço, não uso veneno, nada! (...) Aquilo é só prá matar o pessoal!” (Agricultor tradicional, 59 anos)

Mediante estes depoimentos, pode-se inferir que a lógica subjacente ao processo de decisão destes agricultores que permaneceram num sistema mais “tradicional” não foi guiada por um utilitarismo, visando questões de ordem econômica, mas primordialmente por valores fundamentais como o resguardo da saúde e como forma de não exposição da família ao trabalho exaustivo exigido pela atividade. Ou seja, a existência da preocupação com o valor-família, que ultrapassa a sua percepção enquanto um simples *pool* de trabalho (WOORTMANN, 1990).

Por outro lado, isto não significa dizer que os agricultores que se integraram à fumicultura foram movidos exclusivamente por razões práticas utilitaristas. Embora o componente central tenha sido a possibilidade de um maior retorno econômico, a opção pela integração pode também ser analisada enquanto representativa de um “meio” para atingir o “fim” desejado: quer seja, o bem-estar familiar através da

construção de uma casa melhor, de fazer investimentos na propriedade, possibilitar o estudo aos filhos, etc. Para outros, representou uma das poucas possibilidades de se manter na condição de agricultor em função da crise da agricultura tradicional, face ao movimento em direção à sua modernização¹⁵. De acordo com BENNETT (1982), poderia se dizer que esta é uma situação ilustrativa do agricultor “tomador de decisões adaptativas” frente às possibilidades que se colocam. Assim, muito mais do que um maximizador de lucros ele é, na verdade, um “produtor de satisfação”.

“(…) Eu até ainda tô me judiando bastante na roça porque depois eu quero que eles [filhos] façam uma faculdade, alguma coisa e se a gente não tiver dinheiro não vai ser fácil, né? (...) A gente também não vai aguentar plantar mais fumo por muito tempo (...) Quando nós viemos de Anitápolis, fizemos uma casinha velha e moramos naquela casinha vários anos (...) Depois botamos nossa estufa, fizemos estes rancho tudo, aquele rancho grande pros animais ali, né? Fizemos esta casa, compramos um tobata [micro-tator), depois compramos um trator e se a gente não plantava fumo não ia conseguir nada disto!” (Fumicultora, 37 anos)

A integração agroindustrial do fumo, ao longo do tempo, promoveu outras importantes mudanças na base técnica e produtiva dos sistemas de produção de grande parte dos agricultores familiares do município, integrados ou não. Embora inicialmente a utilização do “pacote tecnológico” tenha se restringido à “modernização” da cultura do fumo, posteriormente seu uso foi estendido a outras culturas. No entanto, foi com a introdução do milho híbrido, a partir dos anos 70, que de fato, a “lavração” e a diminuição (ou abandono) do tempo de pousio das terras, assim como a utilização dos adubos de síntese química, do calcário e de alguns tipos de agrotóxicos, atingiu um maior número de agricultores.

“É, o calcário começou quando começaram a tombar a terra. E aí o adubo, a uréia, o milho...” (Ex-fumicultor, 75 anos)

“Naquele tempo veio tudo quando entrou a Souza Cruz, com o fumo e com o milho híbrido veio aquilo tudo: veio o calcário, veio o adubo, o veneno. Antes daquilo ninguém sabia de nada daquilo aqui, não existia mesmo, não! Entrou tudo depois...” (Agricultor tradicional, 73 anos)

A introdução do milho híbrido na região deu-se a partir das lavouras demonstrativas, aliado ao crédito agrícola subsidiado, mecanismos largamente utilizados pelos técnicos da extensão rural (ACARESC), para o convencimento dos agriculto-

¹⁵Neste sentido e em acordo com WOORTMANN (1990:14), não existem “camponeses puros”, mas sim “uma campesinidade em graus distintos de articulação ambígua com a modernidade”.

res no uso da nova tecnologia¹⁶.

“(...) Eles [agrônomos] tinham força para irem incentivando, fizeram bastante lavouras demonstrativas (...) Difundiu mais daí, a partir desta época” (Ex-fumicultor, 79 anos)

“(...) Financiava o calcário, semente de milho, adubo, no Banco do Brasil (...) Mas era fixo o juro, mas era uma mixaria de juro (...) Os agrônomos ajudavam, eles falavam assim da gente ir no Banco fazer o financiamento” (Agricultora tradicional, 50 anos)

No entanto, foi a partir da inclusão dos híbridos como cultura sucessora ao fumo que, de fato, seu uso tornou-se mais generalizado entre os agricultores, assim como dos herbicidas dessecantes. O uso destes produtos fez com que a “tradicional” operação manual de capina através da enxada ou do cultivador tracionado por boi, cedesse espaço a esta nova tecnologia¹⁷.

“Plantava o híbrido depois de tirar o fumo, se sobrava terra plantava antes também, mas sempre quando tirava o fumo plantava milho (...) Plantava o híbrido, porque o crioulo no tarde não dá. Ele tem que ser plantado mais no cedo e o fumo a gente colhia quase sempre no mês de janeiro, daí a gente passava um Randap, matava o mato e depois plantava o milho na mesma verga do fumo, para aproveitar o adubo” (Ex-fumicultor, 66 anos)

O milho comum sempre foi um componente importante para as propriedades familiares. Embora seu cultivo nunca tenha sido canalizado para a venda na forma de grãos, seu lugar dentro dos sistemas de produção sempre foi estratégico, em função de sua transformação em carne, banha, leite, manteiga e

¹⁶Tratava-se da antiga ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), hoje Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.). Maiores detalhes sobre a atuação da extensão rural no município podem ser encontrados no Capítulo III da dissertação (MULLER, 2001) e, em nível estadual, em MUSSOI (1998) e MOREIRA (200).

¹⁷Os agricultores eram incentivados pelas fumageiras a plantar o milho nesta sucessão, como forma de “aproveitar” os resíduos dos adubos químicos deixados pelo cultivo do fumo, consistindo assim, em uma “vantagem adicional” obtida com esta cultura. Como o milho era plantado logo após a colheita do fumo, por volta dos meses de janeiro a março, os inços eram controlados através do uso dos dessecantes. Esta sucessão fumo-milho, de modo geral, também passou a se associar à maior presença da atividade leiteira na propriedade, através da destinação do milho para a confecção da silagem. Assim, além de complementar a alimentação dos animais principalmente nos períodos mais críticos do ano, como é o caso do inverno, também visava aproveitar, ao máximo, a área do fumo, obtendo-se assim duas “safras” no mesmo ano agrícola. Além disso, o leite, transformado em queijo, é que garantia a entrada regular de recursos na propriedade, uma vez que o recebimento do dinheiro do fumo era concentrado em um único período do ano.

ovos, produtos importantes tanto para o consumo direto da família como na composição de sua renda. O milho também era utilizado na forma de farinha, para a confecção do pão de milho, um produto tradicional e indispensável à alimentação das famílias, uma vez que o trigo não era cultivado pelos agricultores. Ao incorporar o milho híbrido e o “pacote tecnológico” em seus sistemas de produção, o agricultor passou a ter que adquirir anualmente a semente e os outros insumos no comércio, necessitando de gastos adicionais com estes produtos, antes obtidos no interior da propriedade. Ademais do aspecto econômico, em torno do milho comum e dos sistemas de produção praticados por estes agricultores, havia também um conjunto de conhecimentos construído e acumulado pelos agricultores em seu cotidiano, tais como o domínio sobre o processo de obtenção da semente, suas características e usos específicos, além de outras práticas tradicionais de manejo e cultivo das plantas.

“(…) Mas antes disso ninguém comprava um quilo de milho híbrido para plantar replantio. O povo mesmo criava sua semente em casa! É... E então, no fim, foi entrando, circulando mais dinheiro, as estradas foram melhorando, o comércio foi entrando... (…) Aí não se tirava mais a semente, já comprava. Às vezes de aproveitar o esterco bom, o que ele comprava era adubo químico...” (Ex-fumicultor, 51 anos)

Apesar desta primeira transição agroecológica em Santa Rosa de Lima ter ocorrido em direção à sua modernização, promovendo inclusive um rearranjo nas estratégias de reprodução nos diversos segmentos da agricultura familiar, não se eliminaram muitos de seus “traços tradicionais”, característicos de sua “campesinidade” (WOORTMANN, 1990). Esta modernização, portanto, foi “parcial”, tanto em relação à base técnica do processo produtivo quanto em torno da organização do trabalho, mantendo a lógica familiar e a preservação de um sistema de valores, ordenador de um “modo de vida” peculiar. A diversidade de cultivos e atividades, principalmente em relação às “miudezas”, a presença do milho comum em mais de 80% das propriedades, a troca de dias de serviço com os vizinhos, a permanência de práticas tradicionais como a utilização do esterco, da capina com a enxada ou com o cultivador, do plantio com a matraca, a utilização predominante da tração animal, elementos estes presentes, em maior ou menor grau entre os agricultores, são alguns dos “indicadores” desta modernização parcial.

“O milho crioulo é prá fazer pão. É, a gente usa também prá galinhas e também para os porcos (...) Plantamos também aipim, cana-de-açúcar, para o gado, batata-doce, tem ano que plantamos arroz também, feijão... Nós temos abelha também” (Agricultora tradicional, 56 anos)

“(…) Você tem que ver a cebola e outras coisas, com esterco produz até mais do que com adubo químico! O esterco é muito bom! (...) Nas outras coisas a gente não usa veneno, nem o dessecante. Nada! Isso a gente não usa!” (Fumicultora, 47 anos)

“(...) com a matraca? Gosto, mas estou acostumado com a mão. Depois passa o boi prá capinar, dá mais uma capinada com a enxada (...) Também não pode colocar veneno, senão de noite estão todos doentes, os que estavam na roça. Faz mal!” (Agricultor tradicional, 65 anos)

Estes elementos, por sua vez, atuaram como “facilitadores” no processo de transição rumo à ecologização da agricultura, através da proposta agroecológica.

3.3. Do convencional ao agroecológico: desafios e realizações da transição em curso

A partir do início da década de 80, as conseqüências da política nacional de restrições ao crédito agrícola começaram a se refletir no setor fumageiro. Além do repasse do aumento nas taxas de juros e dos custos de produção, principalmente dos preços dos insumos, as fumageiras passaram a diminuir a cotação do fumo, ocasionando a inadimplência e perda gradativa de renda dos produtores. Embora o fumo ainda seja cultivado em Santa Rosa de Lima, a estagnação do setor e mesmo o abandono do cultivo do fumo vêm acontecendo desde o início dos anos 90 e, de forma mais expressiva, a partir da safra 96/97.

“É, e daí começaram a parar muitos... Já faz mais ou menos uns 8 anos que eles começaram a parar. Em 90 eles começaram parando, parando (...) Não conseguiram pagar despesas de estufa e coisa. Teve gente que se desfez, teve gente que está devendo até hoje! (...) É, em 95 já tinha mais de 50% que já haviam parado com o fumo” (Ex-fumicultor, 51 anos)

Foi a partir desse quadro, que traçou o início de uma nova crise na agricultura, agora devido principalmente à estagnação da integração do fumo, que muitos agricultores foram buscar outras estratégias produtivas, visando garantir sua reprodução social. Estas alternativas foram encontradas, num primeiro momento, através da intensificação da produção leiteira. No entanto, foi a partir da proposta agroecológica que ocorreram as principais mudanças na matriz produtiva e sócio-econômica dos sistemas de produção de grande parte dos agricultores do município, caracterizando um processo de “ecologização da agricultura”, demarcando assim, a sua segunda transição agroecológica (BUTTEL, 1995).

“(...) Muitos pararam mesmo prá botar vaca e outros pararam para entrar na AGRECO e uns pararam o fumo para trabalhar com o carvão e muitas famílias ficaram doentes, não podem trabalhar. Doentes por causa do fumo...” (Agricultor tradicional, 58 anos)

Os indícios desta transição podem ser localizados ainda em meados dos anos 80. Nesta época, algumas famílias do município, ligadas por laços de paren-

tesco, iniciaram uma experiência com a produção de mel, morango queijo e hortaliças, atividades comerciais alternativas ao fumo.

Em 1996, os proprietários de uma rede de supermercados, naturais do município, lançaram a proposta ao grupo no atendimento de um mercado em larga escala para a produção ecológica de hortaliças. Nesta conjuntura, surgiu a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – AGRECO¹⁸.

“(…) Daí então, nós entramos e mais umas 2 famílias, ali do Rio do Meio e mais umas 2 ali no morro (...) E daí logo já foi passando a plantar sem veneno (...) Já vendia antes o convencional prá Florianópolis, a verdura, o queijo (...) E no final, nós tava em 12 famílias. Daí em 96 formamos a AGRECO com as doze...” (Agricultor tradicional/agroecológico, 58 anos)

Em 1998, a AGRECO, através de recursos do PRONAF-Agroindústria (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), deu início à implementação de 53 agroindústrias de pequeno porte. Além de Santa Rosa de Lima, agricultores dos municípios vizinhos, organizadas em grupos, foram igualmente incorporados à proposta, perfazendo, ao final deste ano, um total de cerca de 211 famílias sócias¹⁹.

“*Por que a opção pela AGRECO e pela proposta da agroecologia?*” Foram várias as razões apontadas pelos agricultores que optaram por este caminho. Conforme já visto, os agricultores aderiram à cultura do fumo devido às vantagens oferecidas por intermédio das empresas do setor. No entanto, com o passar do tempo, estas vantagens, principalmente em se tratando do crédito agrícola e do maior rendimento obtido com a cultura, deixaram de ser percebidas como tal. Neste sentido, a segurança de mercado inicialmente oferecida em função do bom volume de vendas, e a remuneração dos produtos estiveram entre as principais razões que motivaram os agricultores, mesmo os que nunca se dedicaram à cultura do fumo, a realizar a transição para a proposta agroecológica²⁰. Este fator pode ser considerado de suma importância na tomada de decisão destes agricultores, uma vez que, em acordo com o que foi analisado anteriormente, a falta de canais adequados de comercialização historicamente foi uma preocupação constante

¹⁸ Além dos produtos comercializados, toda a propriedade dos associados deve estar isenta de adubos de síntese química e agrotóxicos. No conjunto da associação, são produzidas cerca de 70 espécies de hortaliças. A partir da implementação do projeto das agroindústrias, outros produtos vegetais e animais também passaram a ser produzidos.

¹⁹ A partir dessa iniciativa surgiu a idéia de investir no agroturismo. Com apoio de uma associação francesa da área, em 1999, por intermédio da AGRECO e de entidades parceiras, foi fundada a “Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia”. Além disso, foi inaugurada, também neste mesmo ano, uma cooperativa de crédito rural, a “Credicolônia”.

²⁰ O bom rendimento obtido inicialmente pelos associados da AGRECO (cerca de R\$ 500,00 mensais/membro familiar), somado à garantia por parte do governo federal, de destinação de recursos financeiros para a construção de estufas, das agroindústrias de pequeno porte e para a assistência técnica, serviram de “atrativo” na realização da transição, resultando no expressivo e rápido aumento do número de sócios da AGRECO, no final de 1998.

para estes agricultores.

“O pessoal lá de cima que já tava produzindo, né? Daí falava que vendia bem os produtos, o preço era bom... Daí a gente resolveu entrar também...” (Agricultor tradicional/agroecológico, 21 anos)

“Havia muito tempo que eu estava só pensando se um dia pudesse largar dessa fumarada, entrar num outro serviço, menos o fumo, mas continuar trabalhando na terra! Mas nunca tinha assim um meio de ter os mercado garantido, né? E esse negócio vendia isso ali, aí a gente plantou. Por causa disso.... A gente, antes disso, não tinha outra opção melhor!” (Ex-fumicultor/agroecológico, 51 anos)

Ao lado destas razões prático-utilitaristas, contudo, é também preciso considerar outro aspecto. As desvantagens com a cultura do fumo, como o sobre-esforço familiar, aliado aos problemas de saúde devido a este trabalho exaustivo e em decorrência do uso dos agrotóxicos também passaram a contar como elementos centrais na opção pela proposta agroecológica, mesmo por parte daqueles que nunca trabalharam com o fumo. Assim, o “valor família”, aliado à possibilidade de poder produzir e ao mesmo tempo viver melhor, foram aspectos igualmente valorizados pelos agricultores em sua opção²¹.

“O motivo é que não precisava de agrotóxicos e outras coisas, né? E o pessoal tava falando que tava dando, né? Daí vamos experimentar também, né? Também não dá tanta mão-de-obra, né? Bem menos... (...) O trabalho é mais leve” (Ex-fumicultor/agroecológico, 36 anos)

“(...) mais é por causa dos veneno, usava muito veneno! E daí criança assim, vamos supor e os mais novo, de 15 a 20 anos, naquela faixa vomitava! (...) Daí depois então passava... Mas a cada safra vinha tudo de novo! (...) O pessoal começou a parar por causa disso! Não que isso não dava, não dava mais dinheiro, né? O fumo hoje, uma boa safra de fumo hoje, isso ainda dá dinheiro, mas também dá gente doente...” (Ex-fumicultora/agroecológica, 44 anos)

A produção agroecológica de hortaliças também representou a oportunidade de entrar numa atividade que se adequava às condições ecológicas das propriedades, aproveitando pequenas áreas e a presença abundante de água, requisito

²¹Se por um lado os agricultores tinham uma “percepção prévia” a cerca das “vantagens” da proposta agroecológica, sendo estas inclusive levantadas como elementos motivadores da decisão de associar-se à AGRECO, é interessante observar, no entanto, que estas vantagens foram melhor percebidas, de acordo com os próprios agricultores, a partir do momento em que as famílias passaram a praticar e a vivenciar a experiência em agroecologia. A maioria, inclusive, vislumbra proposta agroecológica, apesar das dificuldades vivenciadas com o proceso de comercialização, uma alternativa melhor de vida para si e para o futuro dos filhos. Maiores detalhes podem ser encontrados no Capítulo IV da dissertação (Muller, 2001).

importante para este tipo de cultura. Por outro lado, não se tratava de uma forma de produzir totalmente “nova”. A produção de hortaliças como também de outros produtos que posteriormente passaram a ser comercializados, sempre fizeram parte das “miudezas” e dos sistemas de produção da grande maioria dos agricultores, além das semelhanças com a “forma agroecológica” de produzir.

E com relação aos agricultores que não se associaram à AGRECO, foi por falta de informações sobre a proposta agroecológica? Pelo contrário, as famílias, sem exceção, demonstraram em seus depoimentos não somente estar bem ao par da proposta, como também apoiam a iniciativa, principalmente pelo fato de não se utilizar venenos, contribuindo para a produção de alimentos saudáveis.

“Ah, sim eu acho isso uma coisa boa! (...) O veneno devia deixar de existir do mapa, né, nem existir mais, né? (...) Se não viesse mais no comércio, se não viesse mais veneno prá vendê eles se viravam, se viravam, antigamente não tinha e como é que se fazia sem? (...) Nós aqui assim, alimento mesmo a gente evita botá! (...) Eu acho que prá quem tem interesse de entrar, é muito bom! Porque a gente vê a verdura que vai agrotóxico, vai muito mais que no próprio fumo!” (Fumicultora, 37 anos)

“Acho isso uma coisa boa por causa que não usa veneno. Hoje em dia não se acha mais uma coisa que é pura!” (Agricultor tradicional, 47 anos)

Por outro lado, nenhum dos entrevistados levantou o aspecto técnico-produtivo da proposta agroecológica, como uma das razões por não ter realizado a transição. Os agricultores que nunca aderiram à cultura do fumo (aqui considerados como “tradicionais”) salientaram, inclusive, a semelhança com a sua forma de “fazer agricultura”.

“(...) então eles dava a indicação assim que não devia usar adubo, não usar veneno, só esterco podia usar. Esterco sim e outras coisas assim não devia usá nada (...) Olha, este sistema não é muito difícil. É quase igual como a gente faz” (Agricultor tradicional, 57 anos)

Quanto aos fumicultores, apesar de igualmente não apontarem esta questão como o empecilho principal para não adentrar na AGRECO, levantaram a substituição do adubo químico e da uréia pelo esterco como uma dificuldade, já que não haveria condições de se produzir o volume necessário deste insumo para ser usado em toda a propriedade. Embora o uso dos agrotóxicos também tenha sido mencionada, já que sua eliminação aumentaria a penosidade do trabalho - principalmente em se tratando dos desseccantes - a maior parte dos agricultores afirmou que “se não existissem os venenos, a gente se virava sem”.

Assim, num primeiro momento, a postura destes agricultores foi mais no sentido de “observar os rumos da AGRECO”, para então tomar a decisão. No entanto, uma nova conjuntura, acabou influenciando estas famílias em não realizar

a transição para a proposta da agroecologia. Esta conjuntura, surgida principalmente a partir da entrada repentina do grande número de sócios, ao final de 98, conforme já mencionado, acabou gerando uma série de impasses: dificuldades no pronto estabelecimento de novos canais de comercialização, em função do volume maior na produção, perda de produtos devido a desequilíbrios na relação entre demanda e oferta, inadimplência por parte dos mercados, acrescido de problemas burocráticos na liberação dos recursos federais para as estufas e as agroindústrias, o que acabou por ocasionar um clima de instabilidade e dificuldades econômicas para as famílias associadas²².

“(...) A gente teve um baque muito grande com isso, porque a AGRECO não estava preparada estruturalmente para isso, para entrar todos esses associados... Quem era sócio antigo, que estava produzindo bem, pagaram o eito, porque de repente chegou muito produto e não se tinha mercado...” (Ex-fumicultor/agroecológico, 39 anos)

Neste sentido, mesmo tendo consciência das vantagens em torno da proposta agroecológica, o obstáculo central levantado pelos agricultores, foi a falta de segurança para entrar na AGRECO e, principalmente, contrair dívidas junto ao Banco para investir financeiramente numa proposta que passou a apresentar muita instabilidade no momento da comercialização.

“(...) primeiro eu pensava, depois... Eu esperei para ver como iria ser com os outros. Se fosse melhor eu também entrava (...) Porque eu fiquei com medo de ter que pagar o Banco e não sobrar...” (Ex-fumicultor/convencional, 65 anos)

Neste sentido, os fumicultores, de modo especial, mostraram-se “duplamente” inseguros. De acordo com os entrevistados, embora a empresa fumageira pague pouco, garante a compra do produto, o que já não vinha acontecendo com a produção agroecológica. Tratar-se-ia, portanto, de abandonar o fumo, uma atividade ainda considerada segura, apesar das dificuldades já discutidas anteriormente, para adentrar em outra que estaria apresentando ainda muitas incertezas, principalmente considerando o processo de comercialização.

“O mercado não perde nada, o risco é do produtor, sei lá leva o produto o mercado não vende (...) Se a gente produzisse e vendesse era uma boa, né? Mesmo que fosse a qualquer preço, que nem o fumo, né? Mandava, eles pagavam o preço que quisesse, mas ele ficava com a verdura (...) qualquer verdura que tá em excesso, leva pro mercado, o mercado não quer, traz de volta! Aí o fumo ainda, sei lá... é mais seguro!” (Fumicultor, 42 anos)

²² Ao mesmo tempo, esta conjuntura acabou “aflorando” as críticas e os conflitos existentes entre os associados e, principalmente destes em relação à diretoria da AGRECO, pela forma como foi conduzido este processo. Maiores detalhes sobre esta questão podem ser encontrados no Capítulo IV da dissertação de MÜLLER (2001).

Isto, no entanto, não implica em afirmar que, para os agricultores não integrados, a entrada para a AGRECO representaria menos insegurança! Até mesmo porque, de modo geral, os fumicultores apresentam uma situação econômica mais confortável fazendo com que, em princípio, estivessem em melhores condições de arcar com o risco que os tradicionais, na maioria, mais desprovidos de capital, na forma de dinheiro, benfeitorias, maquinário ou mesmo de oportunidades de acesso ao crédito bancário, etc.

Nesse sentido, embora o estudo tenha apontado para a existência de uma avaliação positiva quanto às vantagens e benefícios da proposta agroecológica, e mesmo uma pré-disposição por parte dos agricultores em realizar a transição, falta, no entanto, uma maior segurança nas condições oferecidas para o processo de mudança. A incerteza quanto às vendas e os riscos econômicos envolvidos na transição são, entre outros fatores, os principais obstáculos nesta direção. Isto ficou evidenciado, inclusive com relação aos associados da AGRECO, que apontaram a comercialização como a principal dificuldade enfrentada, superando inclusive os problemas técnicos relacionados à forma agroecológica de produzir.

Cabe destacar, no entanto, que esta questão não está ligada a uma simples lógica e racionalidade utilitarista quanto a obtenção de uma maior lucratividade com a produção agroecológica, ou mesmo de uma simples atitude de resistência à mudança. Trata-se fundamentalmente de assegurar a sobrevivência e a reprodução social e patrimonial do grupo familiar, já que a pouca disponibilidade em capital para amortizar possíveis perdas ou frustrações em relação aos investimentos realizados poderá, no limite, levar à expropriação da condição de agricultores. Desta forma, a situação de segurança, mesmo que signifique menor retorno econômico, mostrou ser preferida pelos entrevistados ao invés da aposta no risco, frente a contextos de mudanças que envolvem incertezas.

5. Agricultura familiar e sustentabilidade: desafios e perspectivas

A crise do modelo produtivista tem demonstrado a sua instabilidade, haja vista a amplitude dos desequilíbrios ecológicos, associados às desigualdades sociais e aos custos econômicos e energéticos de sua manutenção. Assim, por um lado há evidências concretas de desintegração do atual padrão tecnológico moderno e, por outro, uma visão compartilhada sobre a necessidade de se buscar outro estilo de desenvolvimento e de agricultura, mas condizentes com o ideário da sustentabilidade. Mas isto certamente não acontecerá sem conflitos, já que a sociedade é composta por diferentes grupos e interesses e que colocam em disputa distintas concepções e critérios operativos em relação aos novos “modelos” de desenvolvimento e de agricultura sustentável a serem implementados. Neste sentido, dependendo das opções a serem realizadas pela sociedade, a “marca social” de um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável, poderá vir a ser a agricultura multifuncional, mais próxima aos pressupostos da emergente agroecologia e com destaque para os agricultores familiares neste processo.

O conceito de multifuncionalidade (CAZELA & ROUX, 1999), trata de avançar no papel básico a ser desempenhado pela agricultura, ou seja, a produção

de alimentos e fibras, aliada à conservação dos recursos naturais, já que isto não mais trataria de uma simples opção colocada à sociedade, senão de um imperativo ecológico. Este conceito procura chamar a atenção para outros papéis fundamentais do setor agrícola dentro de uma concepção mais ampla de sustentabilidade requerendo, para tanto, uma redefinição das funções sociais da agricultura. Assim, além da demanda social de proteção ao ambiente e à saúde, outras atribuições recairiam sobre a agricultura, ou seja, a de geração de emprego, renda e serviços no meio rural, de segurança alimentar, de combate à pobreza, com maior equidade e inclusão social. Por outro lado, a valorização da representação social e simbólica da Natureza exigiria a reconstrução de paisagens mais “humanizadas”, com a preservação e resgate de seus atributos ecológicos e sócio-culturais, constituindo-se em espaços não somente de trabalho e produção, mas também de melhor qualidade de vida, cultura e lazer para as comunidades locais e urbanas.

Neste contexto, muitos autores afirmam que se a escolha da sociedade for pela agricultura multifuncional, a agricultura familiar deverá ser contemplada como o ator social privilegiado, por reunir as melhores condições no seu atendimento. Assim, a maior ocupação de mão-de-obra, maior intimidade entre questões de trabalho e gerenciamento de sistemas de produção complexos, melhor adaptação de tecnologias alternativas por trabalhar em áreas menores, maior diversidade ecológica e cultural, maior flexibilidade e agilidade no atendimento de uma demanda de produtos diferenciados e a presença de um patrimônio sócio-cultural, constituído por experiências, valores e conhecimentos acumulados, são alguns dos atributos que, em menor ou maior grau, estão presentes na produção familiar, e que poderão credenciá-la a desempenhar este importante papel, em benefício do conjunto da sociedade (LAMARCHE, 1993; JEAN, 1994; VEIGA, 1996; CARMO, 1998; BRANDENBURG, 1999).

Considerando o atual contexto de ecologização da agricultura, não se pretende afirmar que a sustentabilidade seja uma qualidade ou uma característica inerente à agricultura familiar. O que se pretende destacar é o fato de que é possível localizar, neste segmento heterogêneo chamado “agricultura familiar”, elementos de permanência, de continuidade e de unidade de um modo de ser. E são estes elementos e sua capacidade de adaptação e resistência, representados no conjunto pelo seu patrimônio sócio-cultural, que podem atuar em seu favor no processo de transição e de emergência de uma agricultura sustentável e multifuncional.

A essencialidade destas idéias pode ser ilustrada pelo pensamento de JEAN (1994), o qual destaca que, “se tomamos em consideração o que é o modelo de agricultura sustentável, é aí que podemos ver que a agricultura familiar sempre esteve mais próxima do modelo e que ela pode então voltar a ele ou aproximar-se dele mais facilmente”.

6. Considerações finais

A pesquisa evidenciou que os agricultores não levaram em conta um único parâmetro com orientador de suas decisões, muito embora um ou outro elemento possa ter exercido uma influência maior na realização ou não das transições ana-

lisadas. O ambiente político-institucional e econômico ligado ao setor agrícola é um fator que interfere na organização e gestão dos sistemas produtivos dos agricultores familiares. No entanto, ele, por si só, não determina a trajetória e a conformação destas transições da agricultura em uma única direção. Neste sentido, além de se considerar a influência do meio macrossocial, é necessário levar em conta as especificidades e a dinâmica sócio-política e econômica local. Outro fator explicativo deve ser encontrado no próprio funcionamento interno das unidades familiares de produção, através da compreensão dos elementos que orientam a lógica e a tomada de decisão dos agricultores e que também determinam sua conduta e comportamento mediante a realidade em que estão inseridos.

A decisão em realizar ou não as transições em Santa Rosa de Lima foi tomada pelos agricultores em um meio complexo, em que os “sinais” emanados pelo ambiente externo (política de crédito, assistência técnica, pesquisa, mercado, empresas do setor, tendências dos padrões e valores societários, etc.) funcionaram como restritores ou oportunistas para a concretização dos objetivos e do projeto familiar. Este projeto, embora vise garantir a sobrevivência e a busca de melhores condições de vida para o grupo familiar, não se limita à sua dimensão e racionalidade econômica. Engloba também a reprodução e a realização de outros valores e elementos localizados no âmbito do “mundo da vida”, já que a propriedade não representa apenas o lugar que se produz e trabalha, mas também o lugar que se vive. Neste sentido, razão prática e simbólica não são dimensões separadas, mas ambas estão imbricadas na concretização do ato e do espaço produtivo. Desta forma, a lógica das decisões e da conduta dos agricultores familiares, se expressa na forma de estratégias adaptativas, já que a concretização do projeto familiar é intermediada pelas condições objetivas que lhes são apresentadas.

O atual movimento em direção à ecologização da agricultura, pressupõe a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, subordinado aos interesses e em benefícios do conjunto da sociedade, em acordo com o ideário da sustentabilidade. Desta forma, há a necessidade de se legitimar as formas sociais que sejam mais adequadas a este contexto. A agricultura de lógica familiar, por sua maior capacidade de cumprir com o papel da multifuncionalidade, tem demonstrado estar mais próxima ao ideário de uma agricultura sustentável.

A experiência de ecologização em curso em Santa Rosa de Lima, embora traga em seu bojo a valorização da agricultura familiar e já tenha alcançado resultados positivos em sua trajetória, apresenta, no entanto, algumas fragilidades, principalmente em termos de processo, devido ao ritmo imputado à transição. A forma de inserção da AGRECO no mercado, por um lado, e os critérios vinculados à liberação dos recursos governamentais, de outro, imprimiram uma lógica e um ritmo acelerado às mudanças, incompatíveis com os ajustes e as readaptações de antigos e novos valores, costumes, saberes e técnicas a serem feitos. Neste sentido, a pesquisa apontou para a importância de se adotar uma estratégia mais ordenada e descentralizada de transição, em que o ritmo das mudanças seja ditado pelo tempo necessário às adaptações e às especificidades de cada contexto em questão. Adaptações e especificidades tanto no aspecto ecológico e técnico

de cada sistema de produção, como também na construção e consolidação de espaços de participação efetiva, para que os agricultores possam, de fato, ser os sujeitos sociais de seu próprio desenvolvimento.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY,R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.
- BENNETT,J.W. Of time and the enterprise: North American family farm management in a context of resource marginality. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- BRANDENBURG,A. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.
- BUTTEL,F.H. "Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar". In: Agricultura y Sociedad, n.º 74, ene/mar, 1995.
- CAPORAL,F.R. La extensión agrária del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.
- CARMO,M.S.do. "A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável". In: Ferreira,A.; Brandenburg,A.: Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- CAZELLA,A.A.; ROUX,B. "Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional". In: Estudos Sociedade e Agricultura, n.º 13, out., 1999.
- COSTABEBER,J.A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.
- GUIVANT,J.S. O uso dos agrotóxicos e os problemas de sua legitimação: em estudo de sociologia ambiental em Santo Amaro da Imperatriz/SC. Universidade de Campinas (Tese de Doutorado), 1992.
- JEAN,B. "A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna". In: Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, 1994.
- LAMARCHE,H. (coord.). A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da UNICAMP, vol I, 1993.
- MOREIRA,J. La dimensión educativa de la extensión rural en el contexto de la agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno. Facultad de Ciencias de la Educación (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 2000.
- MÜLLER,J.M. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC). Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.
- MUSSOI,E.M. Integración entre investigación y extensión agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo: el caso de Santa Catarina, Brasil. Instituto de Sociología y

- Estudios Campesinos (Tesis Doctoral). Universidad de Córdoba, España, 1998.
- PRETTY, J. Regenerating agriculture. Policies and practices for sustainability and self-reliance. Londres: Earthscan, 1995.
- SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WOORTMANN, K. "Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral". In: Anuário Antropológico. Brasília: UnB, n. 87, 1990.
- VEIGA, J.E.da. "Agricultura familiar e sustentabilidade". In: XX Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, 22 a 26/10, 1996.